



Associação Conquistas da Revolução

Nº 18 | AGOSTO 2017

Folha Informativa

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

EDITORIAL

03 | *A criação de riqueza e as empresas*

04 | *Descentralização de competências ou desrespeito do poder Central?*

06 | *Balço de actividades do Núcleo de Setúbal da ACR - 1º semestre de 2017*

09 | *Recordar Rogério Paulo*

09 | *Assim vai o Mundo...*

12 | *Actividades do Núcleo da ACR do Porto.*

INFORMAÇÃO

No próximo dia **10 de Setembro** será transmitido na **RTP2** o filme sobre o Gen. Vasco Gonçalves, **“O General no seu labirinto.”** Oportunamente informaremos a hora.

PRÓXIMA INICIATIVA:

| NOVEMBRO - LISBOA

No final do próximo mês de Novembro promoveremos na Casa do Alentejo a apresentação e **debate do livro “Quando Portugal ardeu” de Miguel Carvalho.**

Intervirão o autor e Jorge Sarabando.

Data e hora ainda a confirmar.

Poder Local Democrático Uma Conquista da Revolução

Neste verão de lutas, de festa e de afirmação das forças progressistas no terreno das eleições autárquicas, também se prepara o futuro dos trabalhadores e do povo do nosso país, na defesa corajosa dos direitos consagrados na Constituição da República e na conquista do progresso e da paz que merecemos. Sabemos que as forças de direita e do imperialismo estão ao ataque e querem destruir o que afirma a independência dos povos e dos países. Querem o regresso ao passado mais negro, atacando em Portugal as conquistas alcançadas na Revolução do 25 de Abril de 1974, com a aliança revolucionária dos militares consequentes, dos trabalhadores e das populações.

Algo poderemos extrair, por exemplo, desta vaga de incêndios espalhada de norte a sul, com a intensidade que nos recorda aspectos cruciais do terrorismo e do bombismo, nos anos decisivos e transformadores da Revolução. Cresce a memória desses tempos, de quem mandou e preparou os atentados, a queima de centros de trabalho do PCP e de sedes de sindicatos, do ataque a forças

PARTICIPE!

progressistas e construtoras da liberdade, da democracia e do socialismo.

Conhecemos os nomes dos que fomentaram a contra-revolução, dos partidos que se aliaram ao imperialismo, dos que organizaram e financiaram cada acto de morte e de terror, dos que mais tarde influenciaram tribunais e fizeram leis que indultaram os assassinos, os executores de ordens vindas dos que, em lugares mais altos do poder político, económico e financeiro, contracenaram com os mandantes do ELP, do MDLP, com os EUA, a CIA e os países financiadores do regresso ao atraso e ao passado doloroso do fascismo.

Hoje, podemos orgulhar-nos dos revolucionários que organizaram e fizeram avançar as lutas de resistência e de combate, em cada ano de novos direitos conquistados

no quotidiano heróico dos locais de trabalho e de amor à liberdade e ao futuro.

E aqui estamos, sabedores do carácter predador e assassino do imperialismo militar, económico e financeiro que quer dominar o mundo. Torna-se mais claro quem o acompanha e apoia, e quem está do lado da paz e do avanço dos trabalhadores e dos povos, no nosso país, dos que querem progredir na afirmação da liberdade, dos direitos e da abertura de novos caminhos de mudança e transformação em Portugal e no mundo.

E por isso, sempre por isso, é preciso dar mais força a quem luta, votando pela liberdade e pelo futuro do nosso povo.

Modesto Navarro
Vogal da Direcção da ACR



Associação Conquistas da Revolução

O vosso contributo financeiro é indispensável para a actividade da Associação!

PAGUE A SUA QUOTA!

TRANSFERÊNCIA BANCÁRIA

NIB 0035 2178 0002 9245 6304 6

ou DEPÓSITO

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS

2178 0002 9245 630

www.conquistasdarevolucao.blogspot.com

Sugere-se a visita ao blogue e site da ACR onde são publicados todos os comunicados e noticiadas as iniciativas da Associação.

www.conquistasdarevolucao.pt

Manuel Begonha*Presidente da Direcção da ACR*

A criação de riqueza e as empresas

Quando falamos em investimento produtivo, pretendemos produzir bens de equipamento como máquinas, fábricas, vias de comunicação que permitirão fabricar produtos, ou seja aumentar a capacidade de produção do país.

No tecido empresarial português coexistem dois tipos de gestores. Um, “o comerciante” que pouca formação tem em gestão empresarial e de recursos humanos, que não investe em novos métodos e equipamentos, estando apenas ganaciosamente preocupado em ter cada vez maiores lucros à custa do trabalho dos outros. O respectivo ciclo produtivo é ganhar dinheiro com o mínimo de encargos. Contudo o país só atingirá a modernidade e se tornará competitivo, com outro tipo de empresário que designaremos por industrial. Este promove a formação de pessoal, a investigação e o desenvolvimento. Não explora o trabalhador quer no vencimento quer na carga horária.

Deve saber aproveitar a excelência da mão de obra, não a deixando perder para o estrangeiro. É inovador quer nos materiais quer no *design*, procurando utilizar as tecnologias mais adequadas, preservando

sempre a qualidade. Respeita as leis do trabalho e dignifica o trabalhador.

O respectivo ciclo produtivo é a obtenção da melhoria contínua.

Com este tipo de gestor, certamente a produtividade aumentará, como sucede com o operário português integrado em empresas estrangeiras e que tanto prestígio consegue. Contudo, para corresponder a este tipo de industrial o Estado não está isento de responsabilidades, pois competir-lhe-á valorizar e garantir a formação e qualificação dos trabalhadores, sem esquecer o ensino técnico-profissional. Este factor deverá ser encarado como um investimento estratégico que permita garantir às empresas recursos humanos capazes de responderem aos desafios colocados pela revolução tecnológica que está a ocorrer, criando ainda condições para que suceda a transferência do conhecimento dos meios de ensino e da universidade para o mundo empresarial. Finalmente, procurará o Estado definir e regulamentar as políticas, que permitam o desenvolvimento de projectos de investimento, por forma a garantir a soberania nacional.

Descentralização de competências ou desrespeito do poder Central?

Enquadramento

O Governo enviou à Associação Nacional de Municípios Portugueses – ANMP, em julho de 2016, um documento que enunciava as áreas de descentralização de novas competências para os Municípios, Freguesias e Comunidades Intermunicipais. Tendo por base tal documento e as áreas nele identificadas, foram constituídos seis grupos de trabalho com representantes da ANMP e do Governo que reuniram escassas vezes.

Esta situação ficou a dever-se à inexistência dos necessários estudos de base que fundamentem um processo que constituirá uma profunda reforma do Estado, obrigação que o Governo, até hoje, não cumpriu.

A posição da ANMP

A descentralização sempre mereceu uma alargada reflexão do Poder Local, constituindo tema central em diversos congressos nacionais da ANMP.

No mais recente, o XXII, realizado em 2015, em Troia, destaca-se do documento Autonomia do Poder Local que “(...) só as transferências de competências com carácter definitivo e universal respondem ao princípio de descentralização territorial,

tendo que ser acompanhadas dos meios e recursos financeiros que assegurem a sua concretização. Uma verdadeira descentralização (...) não pode em qualquer circunstância colocar em causa a prestação das funções sociais do Estado (...)”

A proposta de Lei-Quadro que estabelece o âmbito de transferência de novas competências, e que se encontra em apreciação na Assembleia da República, foi apresentada à ANMP em janeiro e aponta para uma vastidão de domínios no que se refere às novas competências a descentralizar – educação, ação social, saúde, cultura, habitação social, gestão de praias, vias de comunicação nos perímetros urbanos, lojas e espaços do cidadão, policiamento de proximidade, defesa do consumidor, estacionamento público, segurança animal e proteção civil – sem, contudo, apresentar fundamentação para as opções tomadas.

O Conselho Diretivo da ANMP tomou posição em janeiro e o Conselho Geral em fevereiro. Dessa posição importa referir a síntese final da qual destacamos:

“(...) a descentralização não pode ser vista em abstrato, pelo que a discussão de um processo desta natureza exige um



apurado trabalho de avaliação das matérias em discussão, a definição com rigor das atribuições e competências a transferir e a sua natureza, o cálculo dos meios e recursos financeiros necessários à sua concretização e prever as implicações jurídico-administrativas de todo o processo (...)” “(...) Neste âmbito é fundamental também ser considerada a apreciação prévia da capacidade financeira e dos meios humanos e organizacionais dos municípios num quadro, ao longo de anos, de perda da sua autonomia e de incumprimento da Lei da Finanças Locais (...)”

Considerações

1) O Governo remeteu, entretanto, duas dezenas de propostas de Decretos-lei sectoriais, por área a descentralizar, que confirmam por inteiro as dúvidas e preocupações que a ANMP tem reiteradamente colocado, ao não estarem

fundamentadas em qualquer estudo nem apresentarem dados de caracterização indispensáveis. Evidenciam, ao invés, um inaceitável cenário de subfinanciamento, quando, ao mesmo tempo, o Governo ainda não apresentou o modelo de financiamento das autarquias locais.

2) O processo não assegura a universalidade das funções sociais do Estado e configura uma desresponsabilização do Poder Central que, neste contexto, iria transferir para as Autarquias Locais encargos e incapacidades.

3) As Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e as Comunidades Intermunicipais, dado não serem autarquias eleitas, não podem ir para além de um quadro de competências de articulação e coordenação, pelo que a regionalização constitucionalmente consagrada se apresenta assim como um caminho incontornável para o desenvolvimento e coesão nacional e assegurando um processo sustentado de descentralização do Estado.

4) Reafirma-se que o que importa prioritariamente concretizar e o que serve o país são políticas e medidas de consolidação do Poder Local Democrático, no quadro das suas atuais atribuições e competências e da sua autonomia administrativa e financeira.

Balanço de atividades do Núcleo de Setúbal da ACR - 1º semestre de 2017

A ACR, em colaboração com a Câmara Municipal do Barreiro, assinalou no dia 9 de Abril, no Auditório Municipal Augusto Cabrita, os 75 anos do nascimento de Adriano Correia de Oliveira, voz única da música portuguesa que, ao longo dos seus quarenta anos de vida, esteve sempre do lado da liberdade, da democracia, da justiça social, sempre ao lado do seu povo. Esta iniciativa contou com a participação de Vitorino, Janita Salomé, Samuel e Nuno Tavares, e do Grupo Jurídico de Canto e Guitarra de Coimbra, com intervenções de Carlos Humberto de Carvalho, Presidente da Câmara Municipal do Barreiro, e do Comandante Manuel Begonha, Presidente da ACR.



No decorrer da iniciativa foi referido que o último espetáculo de Adriano Correia de Oliveira foi precisamente no Barreiro, terra de luta, terra de Abril. Para a cultura portuguesa, fica o legado de Adriano Correia de Oliveira; para todos, o exemplo do seu empenho na construção de um Portugal democrático e na defesa das conquistas da revolução.

Em 10 de Abril, comemorou-se na Academia Almadense o 43º aniversário do 25 de Abril. A iniciativa foi promovida pela União das Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas. Representou a ACR o militar de Abril, Manuel Custódio, que referiu na sua intervenção: “A nossa Associação foi constituída e inspirada nos valores e ideais desse grande Homem que foi o general Vasco Gonçalves, o único 1º Ministro que governou para o seu povo, e um dos objetivos da Associação é fazer emergir, na sociedade, os seus valores e ideais...Quero ainda manifestar a esperança e a certeza de que as gerações mais jovens saberão dar continuidade à luta pelos valores e ideais desse grande militar, o General Vasco Gonçalves.”

No dia 21 de Abril realizou-se um plenário de trabalhadores convocado pela CT da



Lisnave e da Lisnave Yards, em Setúbal, e para a qual, conforme é já uma tradição, a ACR foi convidada. Não só se fez o ponto da situação sobre questões laborais como se evocou o 43º aniversário do 25 de Abril. Após as intervenções dos membros das CTs e ativistas sindicais de ambas as empresas, António Pardal e Ricardo Malveiro, da primeira, e José Fradique, da segunda, falaram, pela ACR, o militar de Abril Heitor Sequeira Alves e José Ernesto Cartaxo, ex-membro da Comissão Executiva da CGTP-IN.

A conjugação da luta dos trabalhadores, estudantes, Povo em geral, quer antes quer depois do 25 de Abril, lutas pela liberdade e democracia, produção e soberania nacionais (aqui com a vertente da descolonização), uma realidade objetiva da nossa História, nas intervenções destes últimos ganharam a força de uma autêntica dialética a concitar o lema: “unidade na ação”.

Uma vez mais o modelo de contratação de trabalhadores que vinga no Estaleiro da Mitrena fez lembrar as praças de jorna de antes da Revolução de Abril.

Largas dezenas de democratas participaram no almoço - convívio comemorativo do 43º aniversário do 25 de Abril, no dia 23 de Abril, na Escola Básica da Quinta Nova da Telha, no Barreiro, e para o qual a ACR foi novamente convidada.

Da iniciativa das Juntas das Uniões de Freguesia do Alto Seixalinho, Santo André e Verderena, do Barreiro e Lavradio, de Palhais e Coia e da Junta de Freguesia de Santo António da Charneca, Presidentes e representantes destes órgãos autárquicos, os Presidentes da Assembleia e da Câmara Municipal antecederam nas intervenções o Comandante Manuel Carvalho, Militar de Abril, da Direção da ACR.

Quanto a Carlos Humberto, Presidente da Edilidade, a emoção foi evidente na recordação do combate ao fascismo naquela terra e do preço que muitos tiveram de pagar.

Coube ao Comandante Marques Pinto, Militar de Abril, em representação da ACR, deslocar-se à Capricho Moitense, na Moita, a convite da Comissão Promotora de um jantar-convívio comemorativo do 43º aniversário do 25 de Abril.

No dia 28 de Abril realizou-se um almoço promovido pelos Trabalhadores dos Serviços Sociais da CM do Seixal com a

participação de cerca de 200 pessoas, trabalhadores em maioria. A ACR foi representada pelo militar de Abril, Almeida Moura.

“As Questões da Paz no Mundo de Hoje” foi o tema da Conferência que, no dia 12 de Maio, na Cooperativa Cultural Popular Barreirense, teve como orador o Coronel Batista Alves, Vice-Presidente da ACR.

A iniciativa enquadrou-se no âmbito do Projeto “Conhecer a Guerra Defender a Paz”, cuja Comissão Coordenadora, para além da CCPB, é constituída pelo Agrupamento de Escolas de Casquilhos, a Câmara Municipal do Barreiro, o Centro de Formação das Escolas do Barreiro e da Moita e a Rede de Bibliotecas Escolares. Carla Marina, Presidente da Cooperativa, dirigiu o debate que se assumiu como antecâmara para a presença da ACR no Agrupamento de Escolas, junto de professores e alunos, no 1º período do próximo ano letivo.

No segundo semestre de 2017, o Núcleo de Setúbal da ACR tem por objetivo levar a cabo uma iniciativa em torno do papel do General Vasco Gonçalves e do Almirante Rosa Coutinho na defesa das conquistas da revolução, assim como a constituição do Centro de Documentação Vasco Gonçalves em Almada.



Recordar Rogério Paulo no 90º aniversário do seu nascimento

Nascido em 1927, em Angola, vem frequentar o liceu e a Faculdade de Medicina de Lisboa, que abandona para se dedicar ao teatro. Estreia-se, primeiro, como amador, em 1948, no Teatro Estúdio de Salitre e, como profissional, na Companhia Alves da Cunha, em 1950. Como encenador tem a sua estreia no grupo amador da Sociedade Guilherme Cossoul, com O Pote de Barro, de Luigi Pirandello.

Tendo trabalhado em quase todos os teatros portugueses, destaca-se, como comediante, o seu trabalho em Alguém Terá de Morrer, de Luiz Francisco Rebello (1957), Humilhados e Ofendidos, de



Dostoiiewsky/Charpak, no Teatro Moderno de Lisboa (1962), O Ídolo, de Clifford Odets (1966) na Companhia Portuguesa de Comediantes, Tango, de Slawomir Mrozek, no Nacional (1968) e Morte de Um Caixeiro Viajante, de Arthur Miller, no Teatro Maria Matos (1947).

Exerceu ainda uma vasta actividade como encenador, iniciada profissionalmente no estrangeiro com O Gebo e a Sombra, de Raul Brandão (1960), em versão flamenga no Nederlands Kamertonnel de Antuérpia (Bélgica) e, em Portugal, um ano mais tarde, com O Tinteiro, de Carlos Muñiz, peça de estreia no Teatro Moderno de Lisboa. Destacou-se ainda a sua direcção em peças como O Ídolo, de Clifford Odets, e As Raposas, de Lilian Hellman, na Companhia Portuguesa de Comediantes, sediada no Villaret (1967), A Traição do Padre Martinho, de Bernardo Santareno, na Companhia de Rafael de Oliveira (1974), Português, Escritor, 45 Anos de Idade, no Maria Matos (1974) e O Judeu, no Teatro Nacional de D. Maria II (1981), ambas também de Bernardo Santareno.

Trabalhou, várias vezes, como actor e encenador no estrangeiro, nomeadamente em França, Cuba, Bélgica e Suíça. Em 1962 tira, em França, o Curso Superior da Universidade do Teatro das Nações, onde

passará a leccionar, encenando, em Paris, O Juiz da Beira, de Gil Vicente (1963). Leciona ainda em 1972-73, na Universidade de Havana, em Cuba.

Fez, com muito êxito, teatro radiofónico e televisivo, tendo desempenhado um papel bastante interventivo nos domínios cultural e político num tempo difícil de ditadura e repressão, tornando-se, por tal, um actor bastante “vigiado” pela PIDE e pela Censura. Fez parte dos júris do Prémio Literário Casa das Américas em Havana (Cuba), em 1972 e 1975, e foi director dos I e II Festivais Internacionais de Teatro de Lisboa, em 1964 e 1965; foi ainda delegado do Centro Português do Instituto Internacional de Teatro aos 10º Congresso, Varsóvia - 1963, e 18º na Bulgária - 1979, desta instituição. No plano político, foi ainda candidato a deputado pela Oposição Democrática (1957) e deputado pelo PCP à Assembleia Constituinte (1975-76).

No Teatro Moderno de Lisboa, de que esteve ausente na segunda época (1962-63), Rogério Paulo destacou-se, como actor, em Humilhados e Ofendidos, de Dostoiiewsky/Charpak, Dente por Dente, de Shakespeare, e o Render dos Heróis, de José Cardoso Pires e, como encenador, em O Tinteiro, de Carlos Muñiz, o maior sucesso do grupo.

Assim vai o Mundo...

Os últimos acontecimentos envolvendo as monarquias do golfo pérsico, na sequência da visita de Donald Trump à Arábia Saudita, o endurecimento do regime turco de Erdogan e o seu desafiante apoio ao Qatar, enquanto ataca tropas curdas na Síria, o lançamento de mísseis sobre alvos do exército sírio em flagrante desrespeito do direito internacional, em nítida provocação ao aliado Russo, são apenas dois exemplos recentes da insanidade bélica do actual ocupante da Casa Branca. Falharam os objectivos? O tempo nos dirá.

A Síria não está sozinha.

À arrogância inicial parece seguir-se agora a necessidade duma saída airosa, que o mesmo é dizer é preciso salvar os negócios (a construção dos gasodutos não pode esperar), a guerra pode seguir-se dentro de momentos, aqui ou noutro qualquer lugar onde o império se sinta ameaçado na sua caminhada predadora, como já aconteceu:

- No Iraque, com o assassinato de Sadam Hussain e a destruição do país, ainda hoje, 8 anos volvidos sobre as promessas de paz de Obama, ainda em guerra;
- Na Líbia, com a destruição total do país, a sodomização pública de Kadafi e, as

não menos obscenas, palavras de Hilary Clinton;

- E em muitos outros lugares.

No Pacífico, são as ameaças recíprocas a tomar o espaço da (des)comunicação social, em torno da questão da Coreia, que, como sabemos, está dividida em duas em consequência duma guerra que ainda não terminou, dado nunca ter sido possível assinar o acordo de paz. Há que ter em conta que a Coreia do Norte desenvolve e mantém em elevado estado de preparação as suas capacidades militares, mas não é sério ignorar sistematicamente que a Coreia do Sul é no contexto mundial a 10ª maior potência militar, sem contar com as forças militares dos EUA (cerca de 40.000 efectivos) lá estacionadas. Como não é sério não ter em conta as permanentes manobras de prontidão envolvendo meios militares estadunidenses em exercícios conjuntos de ataque à Coreia do Norte.

Os esforços de reunificação, iniciados com o fim da Guerra Fria, não têm progredido e só irão progredir quando decididamente ambas as partes abandonarem o objectivo de submeter a outra e isso só irá acontecer quando os EUA deixarem ser (ou forem for-



çados a) os coreanos a decidir.

A questão nuclear é sem margem para dúvida a mais importante ameaça para a vida no planeta, mas hipocrisias à parte, assumam-se de vez, por imperativo de sobrevivência, a destruição de todas e qualquer arma de destruição massiva, em particular as nucleares, existentes “reconhecidamente” nos arsenais das 5 potências nucleares, nas 5 “não reconhecidas” e em qualquer outra que se sinta tentada a entrar neste jogo perigoso, que poderá ser o último, da chantagem nuclear.

Na América Latina, a política de ingerência na vida dos Estados latino-americanos, como do “quintal das traseiras” se tratasse, em apoio das oligarquias exploradoras e de criminosos contumazes a soldo, mantém-se e agrava-se: como está a acontecer com o povo venezuelano, um povo que se atreve a gerir os seus recursos naturais com independência, que melhora a partilha do rendimento nacional a favor das classes trabalhadoras, garante o direito à saúde, à habitação, à educação, ao trabalho com

direitos, para todos - com êxitos assinaláveis - e se constituiu, ao lado de Cuba, num exemplo de vontade soberana e de solidariedade com todos os povos da América Latina; como está a acontecer também no Brasil, com a inqualificável condenação de Lula por um juiz enfeudado ao imperialismo norte-americano, com o descarado propósito de evitar a sua candidatura à Presidência e a consequente retoma da via progressista, interrompida com o afastamento de Dilma Russef pela clique golpista agora no poder.

Um país que legitimamente ensaia uma deriva democrática não totalmente alinhada com a ditadura neoliberal europeia, no caso Portugal, deverá também pensar, como elementar medida cautelar, que neste Mundo e neste contexto, onde nada acontece por acaso, episódios dramáticos como o terrível incêndio de Pedrógão Grande ou a trapalhada do roubo de armamento de Tancos, foram tratados e empolados mediaticamente de forma irracional (ou não)? E aqui reside a verdadeira questão) nos meios nacionais e internacionais, à mistura com atitudes corporativas irreflectidas (ou não?) por parte de alguns militares, que a situação social do país decididamente não acolhe, mas, como sói dizer-se, “o seguro morreu de velho”.

José Baptista Alves
Vice-Presidente da Direcção da ACR

Actividades do Núcleo da ACR do Porto



1 - Foi publicado o livro “**A conquista dos direitos democráticos**”. Os textos nele reunidos correspondem às intervenções realizadas no ciclo comemorativo do 40º aniversário da Constituição da República.

São seus autores **António Madureira**, arquitecto e professor jubilado da Faculdade de Arquitectura do Porto, participante no CRUARB, **Baptista Alves**, coronel engº da Força Aérea ref., que foi director do SAAL, **Pedro Tadeu**, jornalista do DN, **Alfredo Maia**, jornalista do JN, **Rui Pereira**, docente universitário, **Guilherme da Fonseca**, juiz conselheiro jubilado do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal Constitucional, **Manuel Freitas**, dirigente sindical têxtil e mestre em sociologia do trabalho pela Faculdade de Letras do Porto, e **Castro Carneiro**, coronel do Exército ref., que foi um dos capitães de Abril no norte. O prefácio é de **Jorge Sarabando**, coordenador do Núcleo, e a concepção gráfica de **João Tiago Silva**.

O livro teve apresentações públicas em Lisboa, Porto, Viseu, Ermesinde, Senhora

da Hora, Fânzeres, Vila Nova de Gaia e Santo Tirso.

2 – Foram organizados dois debates, na Universidade Popular do Porto, com a temática da comunicação social: “**A propriedade dos meios de comunicação**”, com os jornalistas **Rafael Barbosa**, do JN, e **Luís Miguel Loureiro**, da RTP; “**O pluralismo na informação**”, com os jornalistas **Valdemar Cruz**, do Expresso, e **Alfredo Maia**, do JN.

3 – Na Biblioteca Municipal de Matosinhos, a Associação realizou, com o apoio da Câmara, a apresentação pública do livro “**A descolonização da Guiné-Bissau**”, de Jorge Sales Golias, com uma intervenção do cor. **Marques Lopes**.

4 – As próximas iniciativas, em Outubro e Novembro, serão um **concerto de homenagem a Carlos Paredes**, e uma **exposição com o título “A Revolução dos cravos – vivências no norte”**.

